

29.955

## BASEADA NO GÊNERO Luta contra violência exige activismo contínuo

**n** ANA RITA TENE

**PELO menos 9500 mulheres, vítimas de violência baseada no género, foram assistidas ano passado em todo o país, contra cerca de dois mil homens atendidos pelas mesmas razões.**

U. MATULA



Necessárias mais vozes para a sociedade combater a violência contra a mulher

**C**asos que vão desde a violência física, psicológica e até material chegam todos os dias aos gabinetes de atendimento à mulher e criança vítima de violência, de onde são encaminhados para os devidos procedimentos jurídicos.

Os mais frequentes são de mulheres, cujos maridos não dão assistência social aos seus dependentes: esposa e filhos. Os dados de ano passado correspondem a

relação a 2015.

O cenário que se viveu nos últimos dias, caracterizado por casos de agressão física, alguns dos quais chegaram a culminar em morte e marcas profundas nas vítimas, espreitaram a necessidade de uma reflexão profunda sobre o assunto.

Segundo explica a presidente do Fórum Mulher, Maria Paula Vera Cruz, o aumento do número de casos de violência deve ser

Primeiro, como resultado do aumento de casos denunciados ou como resultado de falhas nas campanhas contra a violência.

“Se dizemos que a violência está a aumentar, pode não ser necessariamente isso. O mais provável é que mais mulheres estejam conscientes dos seus direitos e correm para denunciar o agressor para que se tomem as medidas necessárias”, considera Vera Cruz.

preocupação em relação ao aumento de casos de violência sexual contra a rapariga que, muitas vezes, ocorre no seio da família, perpetrada por aqueles que tinham a obrigação de a proteger: pais e avós, cunhados, etc.

“Quando esses casos de violência começam a ganhar grandes proporções no seio da família, ficamos ainda mais preocupados. Tivemos o registo mais recente de um caso de um avô que violou a

vel”, Pouco mais de dois mil casos de violência sexual contra menores foram reportados no ano passado, o que obriga ao desenho de estratégias cada vez mais abrangentes, visando reduzir o cenário.

“Precisamos de redobrar os nossos esforços para reduzir os casos de violência contra a rapariga e a mulher. É preciso ampliar o nosso raio de cobertura e não nos limitarmos a debater a violência nas salas de reunião”.

A ARTE desempenha um papel importante na promoção de boas práticas na sociedade e nas campanhas, visando a redução de casos de violência baseada no género.

Foi por este sentimento que artistas nacionais, entre cantoras, atrizes e artistas plásticas juntaram-se a adolescentes e mulheres, na praia da Costa do Sol, para dizer não à violência e difundirem mensagens de respeito à rapariga.

A cantora Sizaquel Matihombe defende a necessidade de as mensagens de promoção do bem-estar social da mulher e combate a todas as formas de agressão seja difundidas através de todas as manifestações artísticas.

A cantora defende que a arte não pode ser usada para promover a violência, pois muitas vezes o que se vê são os meios de comunicação social a veicularem imagens que põem em causa a dignidade da mulher e isso acaba atraindo agressores.

“Acredito que através da cultura as pessoas possam conhecer e respeitar os direitos da mulher e da rapariga. É preciso que todas as áreas sociais se unam para combater este mal”, disse Sizaquel, realçando que os fazedores de arte têm a obrigação de falar sobre os problemas da sociedade e participar na busca de soluções.

Já a cantora Assa Matusse, é de opinião que o activismo não deve ser feito apenas através dos



Sizaquel Matihombe defende maior acesso à informação

media. Deve começar na comunidade, criando a consciência nas pessoas que a violência doméstica é crime punível por lei.

“Decidi juntar-me à esta campanha porque os casos de violência tendem a crescer e uma

ação focalizada nos bairros onde moramos pode ajudar para a mudança de atitude. É preciso que trabalhem para erradicar a violência e semear a paz e harmonia nas famílias”, acrescentou Matusse.

**C**asos que vão desde a violência física, psicológica e até material chegam todos os dias aos gabinetes de atendimento à mulher e criança vítima de violência, de onde são encaminhados para os devidos procedimentos jurídicos.

Os mais frequentes são de mulheres, cujos maridos não dão assistência social aos seus dependentes: esposa e filhos. Os dados do ano passado correspondem a um aumento em 40 por cento em

relação a 2015.

O cenário que se viveu nos últimos dias, caracterizado por casos de agressão física, alguns dos quais chegaram a culminar em morte e marcas profundas nas vítimas, espreitaram a necessidade de uma reflexão profunda sobre o assunto.

Segundo explica a presidente do Fórum Mulher, Maria Paula Vera Cruz, o aumento do número de casos de violência deve ser entendido sob duas dimensões.

Primeiro, como resultado do aumento de casos denunciados ou como resultado de falhas nas campanhas contra a violência.

“Se dizemos que a violência está a aumentar, pode não ser necessariamente isso. O mais provável é que mais mulheres estejam conscientes dos seus direitos e correm para denunciar o agressor para que se tomem as medidas necessárias”, considera Vera Cruz.

A fonte manifestou também

preocupação em relação ao aumento de casos de violência sexual contra a rapariga que, muitas vezes, ocorre no seio da família, perpetrada por aqueles que tinham a obrigação de a proteger: pais e avós, cunhados, etc.

“Quando esses casos de violência começam a ganhar grandes proporções no seio da família, ficamos ainda mais preocupados. Tivemos o registo mais recente de um caso de um avô que violou a sua neta de 7 anos. Isto é abominá-

vel”. Pouco mais de dois mil casos de violência sexual contra menores foram reportados no ano passado, o que obriga ao desenho de estratégias cada vez mais abrangentes, visando reduzir o cenário.

“Precisamos de dobrar os nossos esforços para reduzir os casos de violência contra a rapariga e a mulher. É preciso ampliar o nosso raio de cobertura e não nos limitarmos a debater a violência nas salas de reuniões”, acrescentou.



Devemos denunciar quando a agressão se torna pão nosso de cada dia

## Sobreviventes que se tornam activistas

MUITAS sobreviventes da violência baseada no género acabam-se tornando activistas que levam ao conhecimento de outras mulheres informação sobre os seus direitos e necessidade de denúncia dos agressores.

Nalgumas vezes, o activismo destas mulheres vai até à provisão de assistência jurídica às outras, mas também a crianças vítimas de violência para evitar que voltem a cair nas mãos dos agressores e sejam responsabilizados criminalmente.

Este é o caso de Flora da Conceição, que foi vítima de violência doméstica por mais de 15 anos, quando vivia com o seu marido no Malawi. Ao que conta, os primeiros três anos de casamento foram bonitos, mas depois passou a levar uma vida infernal.

“Suprtei 15 anos de agressão física, psicológica e patrimonial, enquanto estávamos fora do país. Até

que quando regressámos, vi a minha oportunidade para me libertar do agressor e pedi o divórcio”, narra a sobrevivente.

Ao que explica, não foi possível denunciar o agressor, estando no vizinho Malawi, pois não era permitida sair de casa sem os seus cunhados e/ou marido, mesmo que fosse para fazer compras.

Logo após o divórcio, acabou ingressando na Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ), onde tem trabalhado na promoção dos direitos da mulher e fornecido assistência à mulher e criança.

“O meu conselho é que as mulheres devem quebrar o silêncio e não esperar que a violência torne contornos graves, que podem levar até à morte da vítima, tal como temos acompanhado nos últimos dias”, afirmou.

## É preciso focalizar a acção nas comunidades

OS programas em prol da redução de casos de violência baseada no género devem focalizar as suas acções nas comunidades, privilegiando campanhas nos bairros, distritos e zonas mais propensas à ocorrência do fenómeno.

É por isso que a Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ) tem estado a trabalhar na provisão de assistência jurídica às mulheres vítimas de violência baseada no género e crianças.

Segundo Celestina da Graça Matula, a assistência realizada nos distritos tem vindo a permitir uma maior responsabilização dos agressores e o alcance de

consensos sobre a provisão de pensão alimentar para menores.

“Temos vindo a dar palestras sobre a violência doméstica nas suas mais diversas formas. No entanto, recebemos casos de problemas conjugais, pensão de alimentos e até mesmo violência doméstica, que encaminhamos e aconselhamos sempre que possível”, conta a activista.

No distrito da Manhica, província de Maputo, onde a nossa fonte trabalha como activista, pelo menos três casos de violência contra a mulher dão entrada no gabinete de atendimento à mulher. Na maior parte dos casos, trata-se de mulheres em busca de soluções para conflitos

conjugais que culminam com a falta de pagamento de pensão alimentar.

“Nos casos em que há problemas de entendimento em relação ao pagamento da pensão, temos conseguido intervir, mas em situações de violência doméstica damos assistência até à responsabilização criminal do agressor”, explicou Matula.

Seja quais forem os problemas que a mulher esteja a enfrentar, a nossa interlocutora entende que apenas o activismo voltado para a comunidade é capaz de produzir os resultados esperados, principalmente quando lidamos com um problema complexo como a violência.



O nosso trabalho é dar apoio jurídico às vítimas - Celestina Matula



## Aumentam denúncias mas falta responsabilização

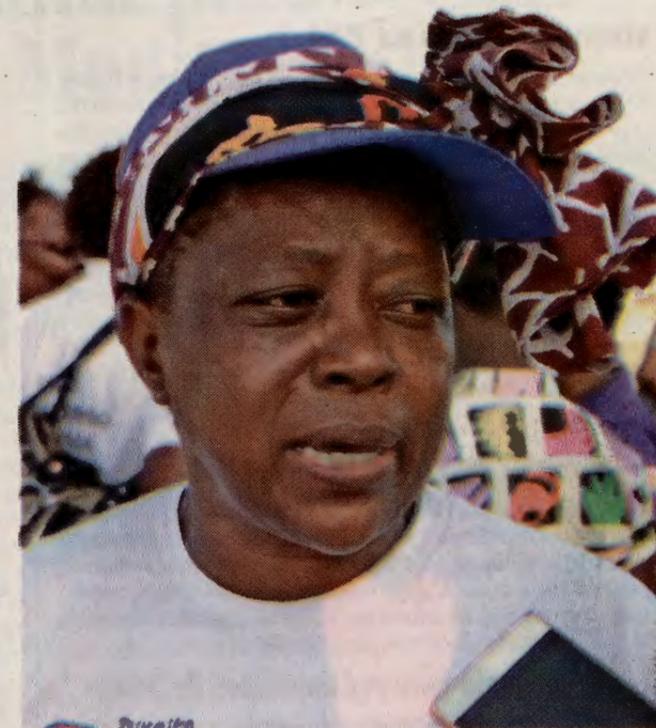
É CADA vez mais crescente o número de mulheres que acorre aos centros de atendimento às vítimas de violência contra a mulher e criança para denunciar, mas a responsabilização criminal não tem sido eficiente.

O cenário faz com que os esforços visando erradicar as formas de violência sejam quase inúteis, segundo a presidente do Fórum Mulher, Maria Paula Vera Cruz.

Ao que explica, muitas são as vítimas de violência física, sexual, psicológica que são denunciadas, mas infelizmente os agressores acabam impunes e isso retrai as outras mulheres a denunciar.

“É normal uma mulher denunciar o seu esposo que a violenta e/ou não dá pensão alimentar aos seus filhos, mas este acaba sendo absolvido do processo. Quando libertado, esse homem aterroriza a esposa e isso deixa outras vítimas com medo de denunciar”, explica Vera Cruz.

A cantora Sizaquel Matlhombe entende que, nalgumas vezes, o que concorre para o baixo nível de denúncias é a falta de informação por parte dos agressores, principalmente nas zonas mais recônditas, de que violência é crime punível por lei.



Não podemos aceitar que a violência seja perpetrada dentro da família - Vera Cruz

“O que acontece é que algumas não sabem onde denunciar e mesmo as que sabem não têm nenhuma garantia da sua integridade após a responsabilização criminal. A nossa mensagem que precisamos perder o medo realçou.”